

Angola

Em 2012, foram mínimos os progressos de Angola no sentido de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O Governo aprovou uma legislação abrangente sobre a proteção e desenvolvimento das crianças, que enumera uma lista de direitos conferidos a crianças abaixo da idade de 18 anos. O Governo continuou a administrar alguns programas para combater o trabalho infantil. Contudo, o quadro jurídico angolano carece de uma idade mínima para trabalho perigoso e não proíbe todas as formas de tráfico humano. Ademais, falta ao país especificar uma idade até à qual a educação seja obrigatória, o que torna as crianças menores de 14 anos vulneráveis às piores formas de trabalho infantil, pois elas não estão obrigadas a ficar na escola e estão abaixo da idade mínima legal para o trabalho. Também restam lacunas na atividade de fiscalização da lei e na coordenação entre as instituições. As crianças continuam ligadas às piores formas de trabalho infantil, particularmente em atividades perigosas na agricultura.

Este relatório mostra que as seguintes iniciativas contribuiriam para eliminar as piores formas de trabalho infantil em Angola:

Área	Iniciativas Sugeridas	Ano(s) em que as Iniciativas Foram Recomendadas
Leis e Regulamentos	Tornar a educação obrigatória até a idade de 14 anos.	2009, 2010, 2011, 2012
	Fixar uma idade mínima legal para o trabalho perigoso.	2010, 2011, 2012
	Garantir que o quadro jurídico proíba cabalmente o trabalho perigoso para as crianças.	2011, 2012
	Considerar a inclusão do trabalho perigoso na pesca, na mineração e nas ruas como trabalho perigoso proibido para as crianças.	2011, 2012
	Aprovar formalmente o projeto de Código Penal e aumentar as penas e proibições relacionadas ao tráfico de crianças, especificamente: <ul style="list-style-type: none">proibir todas as formas de tráfico de crianças, inclusive para trabalhos forçados;aumentar as penas para a exploração sexual comercial de crianças.	2009, 2010, 2011, 2012
	Considerar a autorização para extraditar cidadãos angolanos envolvidos em casos de tráfico internacional de crianças.	2009, 2011, 2012
Coordenação e Fiscalização	Disponibilizar publicamente informações sobre a forma como se conduzem as inspeções trabalhistas, o número de inspeções efetuadas e as penalidades resultantes, inclusive por infrações relativas ao trabalho infantil.	2011, 2012

Área	Iniciativas Sugeridas	Ano(s) em que as Iniciativas Foram Recomendadas
Coordenação e Fiscalização	Zelar para que os órgãos governamentais competentes investiguem as queixas relacionadas com o trabalho infantil.	2010, 2011, 2012
	Reforçar o sistema de inspeção trabalhista, inclusive estipulando remuneração adequada para o pessoal de inspeção.	2009, 2010, 2011, 2012
	Disponibilizar publicamente informações sobre as atividades das Varas de Menores para fazer valer a legislação de proteção à criança, inclusive no tocante ao trabalho infantil e à prostituição infantil.	2011, 2012
	Tornar transparente o processo de seleção de representantes da sociedade civil na CNAC.	2012
	Tornar publicamente disponíveis as informações sobre treinamento de agentes de fiscalização sobre questões de tráfico de crianças, e o número de investigações e processos judiciais envolvendo tráfico de crianças.	2011, 2012
Políticas	Usar os resultados da pesquisa nacional de bem-estar para considerar o direcionamento de políticas e programas sociais existentes para as crianças que trabalham.	2009, 2010, 2011, 2012
	Realizar pesquisa sobre as piores formas de trabalho infantil.	2010, 2011, 2012
	Acelerar os processos de registro de nascimento e de identificação para facilitar a matrícula escolar, prestar serviços sociais a crianças vulneráveis e reduzir o risco de tráfico para as crianças.	2010, 2011, 2012
	Avaliar o impacto de políticas existentes, como o plano Educação Nacional para Todos, sobre o tratamento do trabalho infantil.	2011, 2012
Programas Sociais	Fornecer verbas para garantir a implementação dos 11 Compromissos com as Crianças Angolanas e do sistema de monitoração Sistema de Indicadores da Criança Angolana.	2010, 2011, 2012
	Elaborar e implementar programas que visem crianças ocupadas na agricultura, serviços de rua, serviços domésticos, mineração e trabalhos forçados, inclusive entregas transfronteiriças.	2010, 2011, 2012
	Avaliar o impacto de programas existentes — como a concessão de microcrédito, assistência a famílias migrantes e treinamento de jovens para o trabalho — sobre o trabalho infantil.	2011, 2012